

MILITARES E QUESTÕES INDÍGENAS: ESTUDO SOBRE CULTURA E CIVILIZAÇÃO NAS FRONTEIRAS NORTE DO BRASIL (1927-1930)

Fernando da Silva Rodrigues*

RESUMO

Este estudo analisa as imagens fotográficas produzidas sobre negros e índios da Amazônia, pela Comissão de Inspeção de Fronteiras, durante os anos de 1927 a 1930, chefiada pelo General Cândido Mariano da Silva Rondon, articulando essa produção documental com os interesses modernizadores do Estado brasileiro naquele momento em que o país continuava na busca pela sua identidade.

Palavras-chave: Cultura. Civilização. Estado.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa sobre militares e cultura se insere no contexto histórico-político da primeira República no Brasil, que foi delineado pela construção do Estado territorial, pela delimitação das fronteiras e pela construção da nacionalidade brasileira. Será neste contexto que o General Cândido Mariano da Silva Rondon ajudará a desenvolver uma missão civilizadora no sertão Norte do Brasil, promovendo a integração do interior ao litoral, seja por meio da construção de linhas telegráficas, símbolo do progresso e de modernidade, seja pelas demarcações das fronteiras (1927-1930), como fechamento de um ciclo em que no Brasil vinha de longa data tentando estabelecer um domínio sobre o território.

Em 1927, o então presidente da república Washington Luiz solicita que sejam inspecionadas as fronteiras do país até o final de seu governo, com o objetivo de estudar as condições de seu povoamento e segurança, sendo, então, o General Rondon nomeado Inspetor de Fronteira. A expedição tinha por tarefa atingir a linha de fronteiras do Brasil com a Guiana Francesa, Guiana Holandesa, Guiana Inglesa, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, sendo amplamente registrados por meio das fotografias, cartas topográficas, documentos escritos e filmes.

Nossa pesquisa procurou analisar as imagens fotográficas produzidas sobre negros e índios da Amazônia, articulando essa produção documental com os interesses civilizadores do Estado brasileiro naquele momento em que o país continuava na busca pela sua identidade.

As fotografias analisadas integram cinco álbuns da Comissão de Inspeção de Fronteiras que se encontram no Arquivo Histórico do Exército. Os álbuns estão assim divididos: primeiro, Pará e

*Pós-Doutor em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ); Doutor em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Mestre em História pela Universidade Severino Sombra (USS); Professor Adjunto I do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Severino Sombra (USS); Pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra (ESG); Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ); fernandoahex@gmail.com

Amazonas, no ano de 1927; segundo, refere-se à Campanha de 1928/1929 (Primeira Parte), da cidade de Óbidos, rio Amazonas ao Alto da Cachoeira Grande; terceiro, a Campanha de 1928/1929 (Segunda Parte), da Barra do rio Marapi sobre o rio Parú do Cuminá ao acampamento da Cabeceira Rica, ao sopé do Pico Ricardo Franco e Campos Gerais ao Sul da Serra de Tumucumaque no Estado do Pará; quarto, a Campanha de 1927/1928 (Terceira Parte), que são panoramas fotográficos do topo do Pico Ricardo Franco para documentar a conformidade do Arco formado pela Serra Tumucumaque na cabeceira do rio Parú do Cuminá com a presença de índios Tiriós, Rangús e Uianás; e, por último, o quinto álbum da Campanha de 1929/1930 (Segunda Parte), da Barra do rio Acre sobre o rio Purus no Estado do Amazonas à mina de manganês de Urucum, na cidade de Corumbá no Mato Grosso.

No material documental produzido pelas turmas de inspeção de fronteiras percebemos uma grande parcela privilegiando o tema espaço geográfico e que confirmaram uma intenção de se estudar o meio natural do sertão brasileiro, o qual seria utilizado não só para reconhecer as nossas fronteiras terrestres como também para estudos geopolíticos visando futuras intervenções diretas do Estado.

2 DESENVOLVIMENTO

O estudo das culturas encontradas torna-se um complemento da avaliação territorial, visto que uma intervenção do Estado fatalmente passa por todos os campos, desde material até o pessoal. Percebemos nos álbuns analisados uma grande quantidade de imagens dos grupos indígenas brasileiros e de Estados fronteiriços, além de algumas imagens de negros que habitavam as regiões percorridas pela expedição. Estes estudos etnográficos tinham por objetivo estabelecer o grau de desenvolvimento material destes grupos considerados inferiores e facilitar o processo civilizatório e intervencionista.

No entanto, para discutir o conceito de civilização e barbárie desta pesquisa, tomou-se como base teórica as análises já clássicas de Norberto Elias, na obra *v*, considerado por muitos historiadores como uma das mais importantes obras contemporâneas. Para Elias (1994), o conceito de civilização pode se referir ao nível tecnológico, às ideias, e aos costumes de uma sociedade. Também pode tratar das habitações, das relações entre homens e mulheres, das punições do sistema jurídico ou da preparação dos alimentos.

Este conceito de civilização tem como base o pensamento ocidental, apesar de este conceito não ter o mesmo significado em todas as nações do Ocidente, diferenciando a forma inglesa e francesa da forma alemã.

Na forma inglesa e francesa, o termo civilização pode se referir a questões políticas, econômicas, religiosas, sociais ou morais. Na forma alemã, tem como base os fatores intelectuais, artísticos e também religiosos. Para Norbert Elias, civilização faz parte de um processo em desenvolvimento.

O conceito de civilização teve a função de contrapor, dentro de uma sociedade, a imagem da elite europeia da de outros membros considerados mais simples ou inferiores, pelo tipo específico de comportamento que transforma o outro em diferente, em bárbaro e que se traduz dentro das novas unidades políticas da Europa, na nova formação social, a da sociedade de corte.

É um conceito criado dentro de uma teoria evolucionista europeia partindo de uma visão etnocêntrica e que se desenvolveu ao longo do século XIX, no qual o discurso historiográfico

ganhava foros científicos e o historiador tornava-se um de seus pesquisadores. O contexto político é o da consolidação do Estado Nacional que deve manter a ordem e o *Status Quo*.

Com Carlos Linneo, naturalista do século XVIII, temos a consolidação da identidade dos grupos humanos tomando como base os aspectos físicos e biológicos junto a traços comportamentais morais predominantes, e que acabaram definindo as raças: o asiático, cruel e melancólico; o africano, malevolente e astuto; e o branco, gênio e inventivo. Já em Gabineau percebe-se um continuísmo dessa teoria ao desenvolver seus estudos sobre as raças e suas desigualdades, sendo que a inovação vem com a denúncia de que o processo de miscigenação trazia a decadência das particularidades inerentes a cada raça.

Como verificamos, a biologia como critério teórico legitimador e excludente se impôs dentro do processo de desenvolvimento das ciências naturais durante os séculos XVIII e XIX. Foram os elementos científicos que preservaram a superioridade ocidental, agora nas categorias laicas e racionais, em substituição às categorias religiosas, tudo dentro da manutenção do discurso do outro, do diferente, que mantém a estabilidade da ordem desejada. O século XIX é o momento em que a Europa ocidental promove novo processo expansionista colonial ao mundo bárbaro, mantida sob a proteção de um projeto missionário que leva ao outro o processo civilizador. O darwinismo científico que inspira o pensamento antropológico do século XIX legitima este novo colonialismo que, assim, não se caracteriza apenas como produto de certa conjuntura política, mas também de uma estrutura biológica, ou seja: a antropologia do século XIX justifica a Europa imperialista.

A segunda metade do século XIX e o início do XX referem-se ao momento de aprimoramento do conceito de raça, dentro de uma perspectiva científica biológica que foi aplicada aos modelos políticos europeus de colonização. Buscavam nas diferenças físicas entre os homens indícios de caráter e personalidade. O objetivo era legitimar os domínios, a tutela, o extermínio contra o atraso histórico das culturas não-ocidentais.

A etnografia, a etnologia e a antropologia nascem no momento da recusa e dos limites do discurso histórico.

O discurso etnológico¹ foi usado de maneira discriminatória e conclusões implicitamente políticas. Seu principal pressuposto era, muitas vezes, a evolução linear, em que à frente da humanidade estava a Europa, pioneira da civilização, e atrás os povos primitivos da África, Oceania e Amazônia. O outro, o atrasado, o bárbaro, o selvagem é sempre diferente, hierarquizado pela sua diferença. A etnologia recebeu a missão de estudar estas culturas diferentes dentro do contexto dos interesses políticos europeus. Analista dessas sociedades inferiores, do folclore, a visão etnológica era muitas vezes tendenciosa e, na melhor das hipóteses, paternalista.

O Estado brasileiro, no final do século XIX, tinha como proposta política construir uma nação soberana e civilizada. A busca da cidadania não se concretizara, dificultando a formação de uma nação no sentido republicano, ou seja, uma nação em que seus cidadãos fossem livres e iguais, que tivessem um sentimento coletivo de identidade e com certo nível de participação. Logo, entendemos que uma das fases da construção da nacionalidade passou pela intervenção do Estado no processo civilizador, de forma a garantir a soberania sobre o território. Havia a

¹ O termo etnia é atribuído aos chamados povos sem escrita, marcado por preconceito racista. A etnografia é a coleta descritiva dos documentos. A etnologia é a síntese comparativa, que coloca em prática conceitos herdados da História, como o estudo de grupos humanos, tendo como objeto específico o estudo das relações de parentesco que asseguram sua coesão interna e que são regras não escritas entre pessoas que não possuem arquivos nem passado.

necessidade de se ter um povo brasileiro, o qual seria a base para a formação da nação, mas no final do século XIX eram suficientes para manter o Estado os homens livres, que tinham alguma posse, com algumas características culturais e biológicas de homem civilizado, se possível alfabetizado e de pele clara.

A forte miscigenação da população brasileira era considerada pela elite um obstáculo ao processo civilizador, ou mesmo uma vergonha frente às nações europeias, pois de acordo com as teorias evolucionistas do século XIX, a ideia de civilização está vinculada à raça branca, ou pelo menos na sua hegemonia sobre outras raças. A questão racial no Brasil criou diversos problemas com relação à nação que se queria. Um questionamento está relacionado à condição de negros e índios tornarem-se cidadãos ou, então, como lidar com uma população de não-brasileiros que habitam as terras brasileiras. A solução de parte do problema da nação foi resolvida pela emancipação dos negros e da civilização dos grupos indígenas, estabelecendo, assim, certa homogeneidade social e cultural que ampliou as bases demográficas do Brasil.

No Brasil republicano houve a necessidade de dar continuidade à política estratégica do império de controle das populações indígenas localizadas nas fronteiras, com o intuito de garantir a soberania territorial conquistada a partir da segunda metade do século XVIII. Era preciso lançar mão dos conhecimentos arqueológicos, linguísticos e etnográficos de forma a ter acesso a uma cultura estranha, no nosso caso, a dos índios brasileiros, cuja inferioridade em relação à civilização branca poderia ser comprovada por meio de argumento científico explicitado aqui.

O reconhecimento das fronteiras brasileiras no Norte e Centro-Oeste se tornou uma necessidade primordial para a consolidação da soberania sobre o território. O processo civilizador dos grupos indígenas serviu para a integração do litoral ao sertão, sendo esta etapa o passo mais importante para a conquista da região.

Ao analisarmos um Relatório do Ministério da Guerra, de 1929, sobre o estudo de um Anteprojeto para a defesa da Bacia Amazônica, observamos o questionamento de aspectos relacionados à unidade nacional, por meio do progresso e desenvolvimento do sertão, em parte vindo a corroborar a nossa hipótese intervencionista da Comissão de Inspeção de Fronteira.

Segundo o relator, uma grande parcela de culpa, pela falta de desenvolvimento da região, é relacionada aos maus governos que, por incompetência, ou por falta de patriotismo (virtude que o relator considera primordial aos oficiais do Exército brasileiro), fazem péssimo uso das riquezas naturais. Segundo o relator, o ciclo econômico da borracha foi outro fator incidente sobre o pouco desenvolvimento destas regiões do Amazonas, visto que muitos governos ainda se mantinham iludidos com o alto valor do produto nos tempos áureos em que as cidades mantiveram um desenvolvimento ilusório e que foi perdido com o descaso das autoridades e do povo em si, pois o lucro fácil de outros tempos foi reduzido a uma mínima lucratividade pela desvalorização do produto, com a concomitante baixa das rendas públicas e, como resultado nefasto, o cessar de obras públicas necessárias à manutenção do funcionamento de serviços de melhoramento essenciais à vida da população.

O que observamos é que realmente tais melhoramentos só existiam em algumas cidades mais urbanizadas, pois em outras cidades mais afastadas, principalmente naquelas próximas às fronteiras, os serviços praticamente não existiam. Cidades que mais pareciam lugarejos com poucas casas arruinadas, pouco populosas e com uma produtividade quase nula, como era o caso de Gurupá.

Com relação aos povos da região, os integrantes da expedição de 1929 formulam um conceito próprio sobre a falta de civilização:

[...] o enfraquecimento physico e intellectual do povo, mormente dos caboclos que ainda permanecem nas trevas da ignorância, pela carência de escolas, sem ambição porque nunca sentiram vida melhor do que aquella miseravel em que elles passam, cubertos de andrajás e famintos, ao cio, nas suas esburacadas habitações lacustres, longe geralmente de qualquer centro civilizado.²

O trecho por si só já desvendaria todo nosso interesse teórico de processo civilizador, ou seja, uma visão antagônica de litoral civilizado e sertão atrasado, espaço que precisa ser resgatado pela ação civilizadora dos homens conhecedores dos saberes racionais. No texto, ainda podemos destacar a referência alusiva ao caboclo, ao questionamento racial, a forma que enfraquece o tipo brasileiro e a busca da nacionalidade, não esquecendo a falta de virtudes como patriotismo e civismo. Nesse ambiente impróprio para os grupos civilizados habita o perigo para o Estado nacional, pois esse povo seria uma presa fácil de qualquer estrangeiro mal intencionado que apresentasse promessas de melhoramentos para a população local.

Outra crítica aparece no relatório ao apontar para a falta de recursos e de desenvolvimento material e pessoal, que passa pelo descaso do governo central e pela exploração capitalista dos empresários sobre o trabalho do povo.

Segundo o relator, a solução dessa crise política passaria pela ação intervencionista do Estado, não só pelas ações administrativas, como também pelas ações educacionais e pela ação sanitária, que cuidaria das moléstias endêmicas do sertão, originadas na falta de conforto e higiene da população local.

Finalizando a discussão sobre o relatório, verificamos que o relator problematiza questões relacionadas ao melhoramento racial do povo brasileiro, feito por meio da imigração europeia para a região amazônica. Sua conclusão bastante conservadora e determinista trata o assunto de maneira que o caboclo, se alimentado convenientemente, pode se tornar um homem sadio e útil para a sociedade. Esse resultado foi uma resposta ao condicionamento físico do europeu, que dificilmente se adaptaria ao clima quente e úmido da região.

Dentro deste contexto, passaremos à análise de algumas fotografias dos álbuns da comissão de Inspeção de Fronteiras, que abordam os estudos etnográficos.

A primeira imagem (CPRD 036³) é uma fotografia de um integrante do grupo negro “Sarmakás” holandeses, ocupantes da região de “Tampanque”, próximo de Saint Georges do Oiapoque, destacando-se marcas na região lombar. A próxima (CPRD 037) é uma foto de perfil de um negro ocupante da região no Alto do rio Oiapoque. A última (CPRD 038) é a foto de um negro de pé, com sua indumentária, posando ao lado de uma pequena embarcação. Ao lançar mão de conhecimentos etnográficos, arqueológicos, linguísticos, os expedicionários pretendiam comprovar a superioridade da civilização branca e a inferioridade de outros grupos, como índios, negros e mestiços. Por outro lado, estabeleciam as condições para realizar uma intervenção cultural nestas sociedades.

Outra imagem analisada registra um casal de índios Oyampi fotografados por ocasião dos levantamentos da Inspeção de Fronteira no estado do Pará. Levantamentos etnográficos foram

² Arquivo Histórico do Exército. Acervo do Ministério da Guerra, Relatório sobre o Antiprojeto para a defesa da Bacia Amazônica, de 1929.

³ Arquivo Histórico do Exército. Acervo do Ministério da Guerra, situado em Caxias. Fontes disponíveis ao público em geral.

feitos ao longo de toda História independente brasileira, de forma que pudesse ser estabelecido o melhor processo intervencionista nestes grupos sociais.

A próxima foto analisada (CPRD 059) foi de uma mulher e de uma criança da tribo dos Oyampis, sentadas. Os costumes, os modos de vida, a religião, a arte, tudo da cultura do outro era importante ser reconhecido, de maneira que o domínio do grupo fosse facilitado e sem o custo do uso da força. No entanto, se fosse necessário, a força seria usada para dominar ou para manter os espaços conquistados.

Os registros fotográficos seguintes, usados em nossa análise, ainda, são de membros da tribo Oyampi da barra do rio Yarupi. O primeiro (CPRD 062) é de um índio adulto posando de pé com os braços cruzados. E o segundo (CPRD 063) é de uma índia grávida, de joelhos no solo, posando ao lado de jarros de barro. Não só os tipos interessavam aos expedicionários, mas também a cultura material, para estabelecer um padrão de desenvolvimento do grupo estudado.

As próximas análises são de membros da tribo Uapichána da margem inglesa do rio Tacutú, sendo a primeira de uma criança e a segunda de uma mulher com uma criança no colo. Como observamos, os traços físicos deste grupo são bem diferentes de outros índios analisados, tendo uma pele mais clara, e o grupo parece já estar aculturado ao modo de vida civilizado, pois suas vestimentas não são comuns aos grupos indígenas sem ou com pouco contato com a civilização.

A fotografia seguinte analisada registra o General Rondon junto aos integrantes da Inspeção de Fronteira no trabalho de traslado de urnas funerárias indígenas na serra Maruaí para o acervo do Museu Nacional do Rio de Janeiro. No final do século XIX e início do século XX eram comuns as expedições científicas estrangeiras ou nacionais que tinham como objetivo recolher produtos materiais indígenas para que fosse realizada pelas instituições científicas a análise etnográfica dos grupos, considerados povos sem cultura e sem história.

A seguinte (CPRD 120) é uma fotografia de índios Macuchis e Tucháau Domingos, todos reunidos para realização do registro. As crianças estão todas à frente do grupo, sentadas ou de joelhos, atrás estão os adultos misturados entre si, mulheres e homens. Ao fundo da imagem no plano esquerdo há uma grande maloca. O grupo parece já estar aculturado ao modo de vida civilizado, em virtude da vestimenta utilizada pela grande maioria deles. E a última analisada (CPRD 121) mostra os índios Macuchis durante o ritual da dança da “Parichára”, nesse momento, a cultura do grupo serve como fonte do registro, pois a festa e a cultura material são as principais fontes da memória de um grupo. Um processo civilizador fatalmente passa pela desmontagem dessas características socioculturais.

3 CONCLUSÃO

Como mencionamos acima, observamos, ao final desta exposição, o questionamento de aspectos relacionados à unidade nacional, através do progresso e desenvolvimento do sertão, em parte vindo a corroborar com a nossa hipótese intervencionista da Comissão de Inspeção de Fronteira. As fotografias analisadas registram integrantes da Comissão e dimensionam o grau de intervenção dos militares nas questões indígenas. Constituem documentos reveladores da cultura que desenham a relação cultural entre militares e indígenas à época.

MILITARY AND INDIGENOUS ISSUES STUDY ON CULTURE AND CIVILIZATION IN NORTHERN BORDER OF BRAZIL (1927-1930)

ABSTRACT

This study it looks for to analyze the photographic images produced on blacks and indians of the Amazônia, for the Commission of Inspection of Borders, during the year of 1927 the 1930, commanded for General Cândido Mariano Da Silva Rondon, articulating this documentary production with the modern interests of the Brazilian State at that moment where the country continued in the search for its identity.

Keywords: Culture. Civilization. State.

REFERÊNCIAS

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FERREIRA NETO, Edgard. História e etnia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**: ensaios e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 451-473.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 05-27, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **O Extremo Oeste**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.

MAGALHÃES, Coronel Amílcar A. Botelho de. **Rondon**: uma relíquia da pátria. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.